



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Modernidade, Incerteza e Risco

VALORES CULTURAIS E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES EM PORTUGAL E PAÍSES DE EXPRESSÃO
LUSÓFONA

FINURAS, PAULO

Sociólogo, Doutorando, Ciência Política

ULHT

paulo.finuras@cegoc.pt

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação internacional comparada entre quatro países lusófonos (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal) sobre a influência dos valores culturais na confiança nas instituições. Os resultados globais obtidos vão no sentido de apoiar investigações anteriores que predizem uma influência entre o nível de confiança institucional e alguns dos valores culturais. Conclui-se também que a Confiança é um fenómeno muito complexo e multidimensional que para ser cabalmente estudado e compreendido deve ser encarado como um fenómeno social total e “circumplexo”. Este trabalho faz parte de uma pesquisa realizada no âmbito de um doutoramento em Ciência Política.

Abstract

This study shows the results of a comparative international study covering four Portuguese speaking countries (Angola, Cape Verde, Mozambique and Portugal). Its main objectives were to characterise and trace the profile of their national cultural values in seven dimensions and measure the level of trust of citizens in institutions, and to establish the relationship between cultural values and level of institutional trust. The bibliography and theories of the models and main intercultural approaches and theories on the varied dimensions of trust were revised. Geert Hofstede's VSM08 was also used to characterise the national cultural values of the four countries and draw up a Scale of Trust in Institutions, simultaneously applied in each country.

The results of this study support previous studies revealing an influence between the level of institutional trust and some cultural values. It also supports the fact that Trust should be studied as a total social phenomenon due to its «circumplexity».

Palavras-chave:, Confiança; Crença; Cultura; Interesses Encapsulados; Sistemas Abstratos
Keywords: Abstract Systems; Belief; Cultural Values; Encapsulated Interests, Trust

:

[PAP0416]

Uma das formas de tentar compreender a confiança nas instituições e as influências da cultura nela é, justamente, procurar como a mesma tem sido tratada, definida e investigada e neste domínio encontramos um conjunto de diferentes perspetivas e definições. Russel Hardin (1990), por exemplo, um dos maiores autores na matéria, considera que existem muitas interpretações do termo confiança pelo que aconselha a que, quando é abordada, se circunscreva, em primeiro lugar, o seu objeto, de modo a poder discuti-lo. Daí que a mesma esteja aqui circunscrita, sempre que possível, à sua relação com as instituições sociais.

A confiança é ubíqua e muito difícil de estudar em termos abstratos porque intersecta-se com muitos outros fenómenos sociais, económicos, filosóficos e psicológicos porque possui (também) diversos níveis de análise. A confiança insere-se, assim, na categoria de fenómeno social total. Por isso é aconselhável procurar circunscrevê-la e analisá-la em contextos mais específicos. Embora intuitiva, a confiança, enquanto fenómeno social, desenvolveu-se de forma diferente nas diferentes sociedades e culturas e hoje, a sua falta está na agenda dos países e em todo o lado se fala dela. Mas até que ponto isso é real ou é parte de um mito que ajuda a vender jornais?

Para alguns investigadores como Eric Uslaner (2002, p.252) a confiança tem componentes e bases fortemente culturais. As sociedades com valores mais individualistas (ou universalistas) parecem ser mais confiantes do que as sociedades com valores mais exclusivistas (Minkov, 2009). É um facto que a correlação entre Confiança e as medidas de Geert Hofstede para o individualismo é de $r = 0.617$ e em Triandis é de $r = 0.570$ (Eric Uslaner, 2002, p. 253).

A literatura e a investigação produzidas neste domínio quer ao nível da ciência política quer ao nível da sociologia sugerem, portanto, que este tema da confiança nas instituições em particular, continua a ser muito atual e pertinente. No atual quadro de modernidade em que a maioria das sociedades humanas vivem, a questão da confiança dos cidadãos nas suas instituições deve ser, em si mesmo, algo mais do que um “ato de fé” ou de um “*conhecimento indutivo fraco*” (Simmel, 2004) no funcionamento e na fiabilidade dos chamados sistemas técnicos (ou periciais) para utilizar a expressão de Giddens (1991) que os designa assim porque, considera este teórico, a transição do mundo tradicional para a modernidade produziu uma “desinserção” das relações sociais dos contextos locais de interação, reestruturando-os através de extensões indefinidas de espaço-tempo que também, ele próprio, entretanto, se alterou.

Verifica-se também pelos estudos, grandes variações coletivas e culturais na confiança quer nas instituições, quer nos outros em geral (Inglehart, 2006, Halpern, 2009) e ainda que os países e culturas nacionais que lhes estão associadas variam no grau de confiança quer social quer nas instituições na medida em que existem instituições que apoiam a confiança e, quando tais instituições não existem, a confiança terá de ser construída inteiramente com base nas relações e no conhecimento interpessoal e sem apoio institucional que pode ser difícil de conseguir, podendo tal confiança ser assim bastante frágil.

Para que as instituições criem uma base para a confiança nas pessoas (instituição baseada na confiança), temos de ter confiança nessas mesmas instituições. Contudo, nalgumas partes do mundo em que vivemos, a confiança pública é, virtualmente, inexistente como, por exemplo, na Somália, no Afeganistão ou na República do Congo e certos grupos, hoje ainda, não partilham praticamente nenhuma confiança entre si, como no caso não muito distante do genocídio entre Tutsi e Utus ou entre Israelitas e Palestínianos. Tudo isto são problemas sérios e extremamente difíceis de lidar mas que a todos dizem respeito.

Dado que a confiança também é um assunto cultural tomou-se como objeto de estudo da investigação comparada entre vários cientistas sociais. Neste trabalho retoma-se também esta ideia que postula a hipotética relação entre o sistema de valores (entendido como cultura nacional) e a confiança que os cidadãos possuem nas instituições dos seus países tomando como foco da investigação comparada, neste caso, quatro países de expressão lusófona (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal).

Esta ideia assume, implicitamente, a congruência entre os objetivos e expectativas dos indivíduos e as instituições (Eric Uslaner, 2002). A congruência de valores refere-se ao grau em que existe uma

correspondência entre os interesses do indivíduo e os das instituições e a confiança dos primeiros nas segundas.

Este artigo resulta, por um lado, e em parte, de uma investigação originalmente conduzida durante catorze meses (Junho de 2009 até Agosto de 2010) em quatro países membros da CPLP, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal e, por outro, é também o resultado de um trabalho de doutoramento em ciência política.

Assim, efetua-se neste livro um levantamento e uma revisão teórica no campo mais específico do fenómeno da confiança nas instituições e da sua relação com os valores culturais e complementado com uma apresentação dos resultados de uma investigação extensiva e comparada entre Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal que teve oportunidade de conduzir durante quase dois anos (2008-2010) e onde se procurou detetar possíveis padrões (tendências, semelhanças e diferenças) quer nas sete dimensões culturais do modelo utilizado quer nos níveis de confiança dos cidadãos nas instituições de cada país.

O estudo efetuado que serviu de suporte empírico a este trabalho foi guiado por algumas perguntas de investigação, que procuraram responder às seguintes questões:

- a) Quais os padrões de cultura nacional nos quatro países nas sete dimensões da cultura nacional?
- b) Que diferenças e semelhanças de valores culturais existem nestes países analisando as suas culturas nacionais com as «lentes» do modelo 7D de Hofstede e Minkov?
- c) Em que instituições confiam mais e confiam menos os cidadãos de cada um dos quatro países, quando comparados?
- d) Quais os indicadores específicos de confiança nas instituições que caracterizam estes quatro países?
- e) Que relação existe entre os valores culturais e os diferentes níveis de confiança nas instituições para os quatro países quer separadamente quer em termos agregados enquanto conjunto de falantes lusófonos?

Pesquisa empírica

O presente estudo foi parcialmente baseado no trabalho de Hofstede (1990), M. Harris Bond e Michael Minkov, no que se refere à identificação do sistema de valores das culturas nacionais, complementada com teorias relativas à confiança nas sociedades, quer na perspetiva relacional quer na perspetiva da confiança nas instituições (Nooteboom e Fukuyama, Hardin e Nooteboom). O objetivo principal foi o de testar, em termos comparados, a relação entre os sistemas de valores (que constituem as culturas nacionais) e a confiança dos cidadãos nas instituições.

Hipóteses de investigação

A partir da revisão efetuada, tanto no que se refere às diferenças de sistemas de valores como às abordagens e teorias sobre a Confiança e considerando que várias investigações e estudos anteriores sugerem o facto de que algumas culturas nacionais têm sistemas de valor que predispõem os cidadãos a confiar mais uns nos outros e nas instituições (nomeadamente Yamagishi, 1988 e 1994), Cook e Watabe, 1998, Kim e Son, 1998, Zhang, 1993, Fukuyama, 1996, Hofstede e Geert Jan, 2010, Uslaner, 2002, Jean L. Johnson, John B. Cullen, 2002, Kieron O'Hara, 2004 e 2010, Inglehart, 2007 e 2008, David Halpern, 2009, Minkov, 2007 e 2010) podemos formular as seguintes hipóteses para os quatro países investigados:

Quadro N.º 1- Hipóteses

Hipótese 1	Existe uma correlação negativa entre o Índice de Distância ao Poder (PDI) e a Confiança nas Instituições (CfIns).
Hipótese 2	Existe uma correlação positiva entre o Individualismo (IDV) e a Cf nas Instituições
Hipótese 3	Uma maior necessidade de evitamento ou controlo da incerteza está positivamente associada a um maior grau de confiança nas instituições
Hipótese 4	Existe uma correlação positiva entre a Indulgência cultural (IVR) e a Confiança nas Instituições
Hipótese 5	Quanto maior for a superfície definida pelos níveis de confiança de todos os «raios» (ou instituições) e menor a diferença entre a média dos 20% mais altos e os 20% mais baixos, maior será também a confiança geral numa sociedade.

O âmbito geográfico e internacional da pesquisa

A investigação que serviu de suporte a este trabalho abrangeu quatro países pertencentes à comunidade lusófona situando-se um no Sul da Europa (Portugal) outro na África Ocidental (Cabo Verde) e os outros dois na África Subsariana (Angola) e Austral (Moçambique). Em cada um destes países foi selecionada uma organização que fosse o mais similar possível em termos de atividade, objeto, processos de trabalho e objetivos e onde o tipo de indivíduos fosse também o mais semelhante possível em termos funcionais e em termos do trabalho realizado. O objetivo foi o de recriar uma «amostra intencional e funcionalmente coordenada» onde apenas a nacionalidade fosse diferenciadora e se constituísse como variável explicativa das diferenças de valores culturais. As instituições selecionadas foram os bancos centrais de cada um desses países, nomeadamente, em Angola o Banco Nacional de Angola (BNA), em Cabo Verde, o Banco de Cabo Verde (BCV), em Moçambique, o Banco de Moçambique (BM) e, em Portugal, o Banco de Portugal (BdP).

Estas instituições estão situadas nas respetivas capitais (Luanda, Cidade da Praia, Maputo e Lisboa). Recorde-se que os critérios que nortearam esta escolha residiram no facto de serem o tipo de organização que mais se aproximou da metodologia utilizada por Hofstede no estudo IBM dos anos 70 e 80 (ou seja, uma organização igual em vários países). Neste caso trata-se de Instituições que são homólogas ou do mesmo tipo nos quatro países, em todos os critérios principais, porquanto possuem as mesmas missões, finalidades e objeto de trabalho, bem como são fortemente semelhantes em termos do tipo e processos de trabalho e de funções e categorias profissionais.

A amostra da pesquisa efetuada

Para efeitos da aplicação das entrevistas por questionário foi utilizada uma amostra intencional constituída por funcionários dos quatro Bancos Centrais dos 4 países perfazendo um total de 519 respondentes, divididos da seguinte forma:

Quadro N.º 2
Números absolutos de respondentes das amostras por país

País	Nº respondentes da Amostra
Angola	121
Cabo Verde	103
Moçambique	139
Portugal	156
Total	519

Os Instrumentos utilizados na investigação: o Value Survey Module (VSM08) e a Escala de Confiança nas Instituições (ECI09)

Para a caracterização dos valores culturais foi utilizado e aplicado a última versão do questionário internacional de valores (versão 08), designado por Value Survey Module 08 ou, abreviadamente, VSM08, (criado por Geert Hofstede e Michael Minkov). Por sua vez, para identificar e medir o grau de confiança nas instituições nos quatro países foi concebido um outro Módulo designado Escala de Confiança nas Instituições (ver Apêndice 1). Estes questionários foram apresentados como um único, e são completamente estruturados, ou seja, todas as perguntas têm alternativas de resposta pré-definidas, tendo o respondente de escolher apenas uma de entre as alternativas oferecidas nas várias escalas. Adicionalmente, o questionário conteve 5 (cinco) perguntas de caracterização sociodemográfica referente a cada respondente que foram codificadas numericamente correspondendo ao género, faixa etária, anos de escolaridade completa, tipo de função/trabalho exercido e nacionalidade dos respondentes.

A Escala de Confiança nas Instituições (ECI09)

A Escala de Confiança nas Instituições foi concebida para complementar o VSM08 e aproveitar a mesma amostra nacional em cada país para exprimir o seu grau de confiança nas instituições. Definiram-se, após o estudo prévio e a reflexão falada dos itens, as 33 instituições que deveriam, inicialmente, fazer parte do questionário, de forma unívoca nos quatro países. Este instrumento possui 33 itens correspondentes a 9 cachos (ou conjuntos) e uma escala de seis graus. As instituições foram pensadas em termos de agrupamento por cacho de afinidade, contudo as respostas não revelaram esse tipo de reflexão por parte dos respondentes.

Confiança nas Instituições e percepção da corrupção nos quatro países analisados

Alguns estudos, nomeadamente do PEW Research Centre, sugerem uma ligação entre a confiança social e o nível de preocupação com a corrupção dos líderes políticos nos respetivos países. Os resultados desse estudo sugerem, portanto, que nos países onde as pessoas geralmente confiam entre si e nos outros em geral, existe mais confiança na integridade dos líderes políticos também (Gráfico n.º 18). Por outras palavras, a percentagem de pessoas que classificam a corrupção dos políticos como um problema muito grave ou sério, tende a ser menor nos países que apresentam altos níveis de confiança, como é o caso da Suécia, Canadá e Reino Unido (o coeficiente de correlação, aliás, é de $r = -.54$).

Por outro lado, a Transparência Internacional (TI) fundada em março de 1993 e com sede em Berlim, é uma Organização Não Governamental que tem como principal objetivo a luta contra a corrupção a qual define como "o abuso do poder confiado para fins privados". Esta organização internacional publica anualmente um relatório com o Índice de Percepções de Corrupção (IPC) que ordena os países do mundo de acordo com "o grau em que a corrupção é percebida como existente entre os funcionários públicos e políticos". Com base nestes resultados, e tal como em anos anteriores, a TI traçou para o ano de 2010 uma panorâmica global do IPC, representando a mais escuro as regiões do mundo onde é maior a percepção de corrupção e, a mais claro, onde é menor. (Anexo I, Vol. II, p.119)).

Segundo a TI, no seu estudo de 2010 que abrangeu 133 países, uma maior pontuação (numa escala de 1 a 10) significa menor (perceção de) corrupção e uma menor, o seu contrário. Os resultados mostram que sete em cada dez países (e nove em cada dez países em desenvolvimento) possuem um índice de menos de 5 pontos em 10. A Tabela N.º 1 apresenta as posições dos quatro países objeto desta pesquisa e de outros que são importantes como referência.

Tabela N.º 1

Posição em 2010 dos 4 países objeto desta pesquisa (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal) incluindo outros países de referência no Índice de Perceção da Corrupção

Posição 2010	País	Pontuação IPC 2010 Escala de 1 (+ Corrupção) a 10 (- Corrupção)
1	 Dinamarca	9.3
32	 Portugal	6.0
45	 Cabo Verde	5.1
73	 Brasil	3.8
116	 Moçambique	2.7
168	 Angola	1.9

Fonte: Relatório Anual da Transparência Internacional do Índice de Perceções de Corrupção (IPC) Disponível em <http://www.transparency.org>

Quando procuramos uma possível associação entre os resultados obtidos nesta investigação, em termos dos índices de confiança nas instituições (ICGI), e os índices de perceção da corrupção (IPC), verifica-se também aqui uma sugestiva associação ($r = 0,84^{**}$), ou seja, quanto mais alto o índice de confiança nas instituições (ICGI) mais alto também, o índice de perceção da corrupção nesse país (Tabela N.º 2).

Tabela N.º 2

Relação entre a posição em 2010 de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal no Índice de Perceção da Corrupção (IPC) e o Índice de Confiança Global nas Instituições (ICGI)

(ICGI e IPC)	País	IPC* 2010	ICGI** 2010
32	 Portugal	6.0	4,11
45	 Cabo Verde	5.1	2,99
116	 Moçambique	2.7	2,65
168	 Angola	1.9	2,68

1 Mais Corrupção 10 Menos Corrupção	** Indicador de Confiança Global nas Instituições (1 - Nada Confiante; 2 – Pouco Confiante; 3 – Moderadamente Confiante; 4 – Confiante; 5 – Muito Confiante; 6 – Totalmente Confiante)
--	--

Parece assim reforçar-se a ideia segundo a qual, a confiança social, seja ao nível das relações, seja ao nível das instituições, está também associada tanto ao nível de perceção do problema da corrupção dos líderes políticos num país como à própria perceção da corrupção instalada.

Confiança institucional comparada entre os quatro países da pesquisa: Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal

No que se refere à Confiança Institucional nos quatro países investigados, são várias as análises que podem ser efetuadas consoante se tenha em conta a análise fatorial efetuada à Escala de Confiança nas Instituições que, como já anteriormente se indicou, excluiu vários itens da mesma e esse mesmo facto é, por si só, significativo e merece ser analisado.

Resultados obtidos por país com a Escala de Confiança nas Instituições (ECI09)

Apresentam-se, seguidamente, os resultados obtidos em termos de confiança nas instituições para os quatro países, antes da análise fatorial. De uma forma geral, as tendências da confiança nas instituições não são significativamente diferentes antes e depois da análise fatorial em termos de posicionamento ou hierarquização das mesmas, mas os indicadores de confiança global sofrem alteração, sobretudo ao nível de Portugal, com a redução do número de instituições após a análise fatorial e a extração de vários itens da escala. Antes desta análise os resultados do Indicador de Confiança Global nas Instituições (ICGI) coloca os quatro países num espectro que se situa entre sociedades «Pouco a Moderadamente» Confiantes (Angola e Moçambique) nas suas instituições, até entre «Moderadamente Confiantes a Confiantes» (Cabo Verde e Portugal) como se espelha no Gráfico N.º 2. Porque este indicador de ordem global é genérico e resulta da média ponderada dos diferentes indicadores de confiança específica (ICEI) em cada uma das instituições, justifica-se uma análise mais detalhada ao nível da confiança em cada instituição.

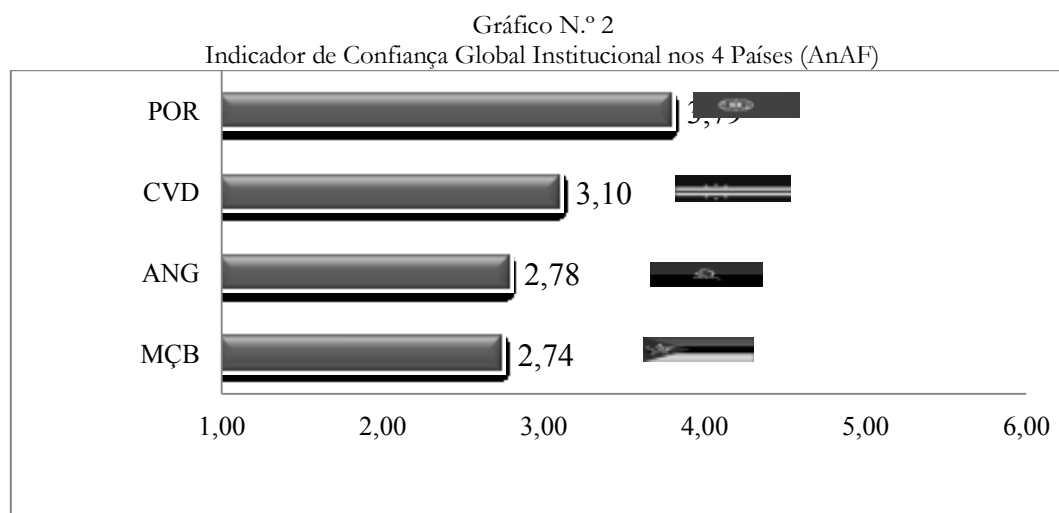


Fig. N.º 2
Posicionamento Relativo dos Índices de Confiança Global nas Instituições (ICGI) para os 4 países na Escala de Confiança Institucional 2010

1	2	3	4	5	6
Nada Confiante	Pouco Confiante	Moderadamente Confiante	Confiante	Muito Confiante	Totalmente Confiante
					

Confiança institucional em Angola

Em Angola, a investigação indica que, numa escala de 1 (Nada Confiante) até 6 (Totalmente Confiante) as instituições em quem os Angolanos confiam mais são, por ordem: A Família (5,70); O Presidente da República (4,95); Os Bancos e Instituições Financeiras (4,25). As instituições que merecem menor confiança, são: As Escolas públicas e os Bombeiros/Proteção Civil (ambos com 1,83); Os Correios/Serviços Postais (1,82); Os Hospitais Públicos e a Segurança Social (ambos com 1,80); A Polícia (1,75),

Fig. N.º 3

Posicionamento Global de Angola na Escala de Confiança Institucional

1	2	3	4	5	6
Nada Confiante	Pouco Confiante	Moderadamente Confiante	Confiante	Muito Confiante	Totalmente Confiante

Confiança institucional em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a investigação indica que, numa escala de 1 (Nada Confiante) a 6 (Totalmente Confiante) as instituições em quem os Cabo-verdianos confiam mais são, por ordem: A Família (5,45); O Presidente da República (4,30); Os Bancos e Instituições Financeiras (4,15). As instituições que merecem menor confiança em Cabo Verde são: As Universidades Públicas (2,50); Os Bombeiros/Proteção Civil (ambos com 2,40); Os Hospitais Públicos (2,09). Verifica-se também em Cabo Verde um padrão de maior confiança nas instituições privadas (Escolas, Empresas e Saúde) do que nas instituições públicas.

Fig. N.º 4

Posicionamento Global de Cabo Verde na Escala de Confiança Institucional

1	2	3	4	5	6
Nada Confiante	Pouco Confiante	Moderadamente Confiante	Confiante	Muito Confiante	Totalmente Confiante

Confiança institucional em Moçambique

Em Moçambique, a investigação indica que, numa escala de 1 (Nada Confiante) a 6 (Totalmente Confiante) as instituições em quem os Moçambicanos confiam mais são, por ordem: A Família (5,76); O Presidente da República (4,35); Os Bancos e Instituições Financeiras (4,11). As instituições que merecem menor confiança, em Moçambique são: As Escolas Públicas (2,00); Os Hospitais Públicos (1,95); Os Correios/Serviços Postais (1,90); A Polícia (1,83); A Segurança Social (1,80)

Fig. N.º 5

Posicionamento Global de Moçambique na Escala de Confiança Institucional

1	2	3	4	5	6
Nada Confiante	Pouco Confiante	Moderadamente Confiante	Confiante	Muito Confiante	Totalmente Confiante

Confiança institucional em Portugal

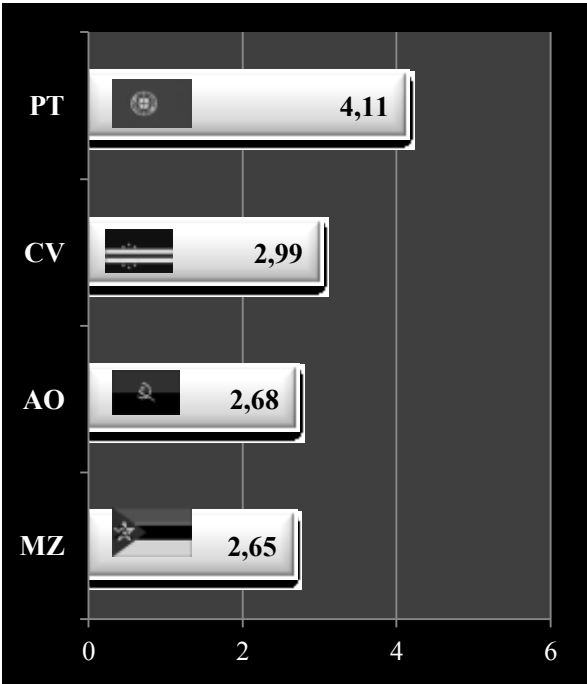
Em Portugal, a investigação indica que, numa escala de 1 (Nada Confiante) até 6 (Totalmente Confiante) as instituições em quem os Portugueses confiam mais são, por ordem: A Família (5,18); O Presidente da República (4,75); As Forças Armadas (4,60). As instituições que merecem menor confiança em Portugal são: Juizes (2,66); Tribunais (2,65); Parlamento/Assembleia da República (2,53); Políticos (2,52); Partidos Políticos (2,51); O Governo (2,50); Estado Central (Ministério/Administração Pública em geral) com 2,48. Verifica-se em Portugal, ao contrário dos três países africanos, um padrão de maior confiança nas

instituições públicas (Saúde e Educação) do que nas instituições privadas mas o contrário ao nível das Escolas de ensino não superior e das empresas.

Fig. N.º 6
Posicionamento Global de Portugal na Escala de Confiança Institucional

1	2	3	4	5	6
Nada Confiante	Pouco Confiante	Moderadamente Confiante	Confiante	Muito Confiante	Totalmente Confiante
					

Gráfico N.º 7
Indicador Final de Cf nas Instituições para os 4 países após análise fatorial



Podemos concluir, a partir da revisão teórica, que o tema da Confiança é cada vez mais pertinente e a sua importância cada vez mais atual. Aliás, o fenómeno da Confiança, em qualquer sociedade, é tanto mais importante e necessário, quanto mais esta se moderniza (Giddens, 1992). Os trabalhos de muitos cientistas políticos, sociólogos e outros investigadores que sobre este tema se debruçaram (Seligman, 1997, Piotr Sztompka, 1999, Giddens, 1991, Beck, 1992) sugerem, de igual modo e em síntese, que existem, pelo menos, sete razões que reforçam essa mesma importância sobretudo em sociedades em processo de modernização. Em primeiro lugar, as sociedades modernas (ou em vias de) tendem a basear mais o seu entendimento do desenvolvimento em «agências» e estruturas humanas, como as instituições, do que em processos de «fé», e, para lidar com as incertezas do futuro, os membros das sociedades modernas necessitam de confiar, quer nas instituições quer nos seus «agentes» cuja atividade consiste, justamente, em conduzir e gerir o desenvolvimento. Em segundo lugar, no mundo moderno atual, as avançadas divisões do trabalho e a diferenciação de papéis produzem cada vez mais dependências quer no seio das sociedades quer entre elas. As dependências, por sua vez, criam incertezas e riscos e, conseqüentemente, a necessidade de esforços de cooperação com os outros, aumentando a procura e a própria necessidade de (mais) Confiança. Em terceiro lugar, as modernas tecnologias utilizadas tornam o mundo mais «plano» e aproximam as pessoas e as sociedades, criando com isso também novos riscos e ameaças, donde a inelutável vulnerabilidade resultante da existência e da condição do viver numa «sociedade de risco» (Giddens, 1991, Beck, 1992) aumentar as

necessidades de Confiança entre os seus membros. Em quarto lugar, e de forma a lidar com um número cada vez maior de opções na vida moderna, as pessoas necessitam de recorrer à confiança nas rotinas e no funcionamento dos sistemas abstratos e periciais (quando, por exemplo, se escolhe uma agência de viagens, um banco, uma seguradora ou uma companhia aérea, em detrimento de outros). Os indivíduos na sua vida diária são confrontados com múltiplas opções e oportunidades e têm de efetuar escolhas e tomar decisões sobre em quem confiar. Em quinto lugar, assiste-se a uma progressiva tendência para a «opacidade» (Sztompka, 1999) de alguns segmentos das sociedades para a maioria dos seus membros (como o funcionamento dos mercados, a burocracia e engrenagem governamental e institucional de muitos serviços públicos, etc.), pelo que quando confrontados com uma enorme «caixa-negra», os não-especialistas necessitam de confiar, caso contrário ficariam paralisados e incapazes de agir. Em sexto lugar, nota-se que os dirigentes e gestores de importantes instituições e organizações são muitas vezes desconhecidos para a maioria dos seus clientes e/ou utilizadores, não obstante, estes dependerem em absoluto das ações daqueles que estão no controlo (sejam pilotos de aviões, condutores de autocarros e comboios e mesmo políticos). Em sétimo e último lugar, como nos contextos modernos, o número de estranhos e estrangeiros tende a aumentar (devido quer às migrações, ao turismo e às viagens em geral), a confiança torna-se numa abordagem não só necessária como adequada ao comportamento social e cooperativo. Conclui-se, sobretudo nos últimos pontos aqui desenvolvidos, que quanto menor o conhecimento que se tem de uma pessoa ou instituição de quem necessitamos de depender (seja para obter serviços, produtos ou informação), mais necessitamos da Confiança e dada a complexidade crescente das sociedades modernas é pouco provável que os seus membros consigam ter o completo conhecimento de tudo.

Deste modo, nas sociedades modernas ou em processo de modernização, a cooperação e a previsibilidade de funcionamento das instituições, para se tornarem possíveis, necessitam, na sua base, da Confiança. Verificámos que a desconfiança pode ser muito dispendiosa. À medida que a confiança decresce, os custos da realização dos negócios (e de qualquer atividade humana) tendem a aumentar, porque as pessoas têm de enveredar por atos e mecanismos de maior controlo e autodefesa e tomam continuamente medidas face à possibilidade de comportamento oportunista por parte dos outros (Limerick e Cunnington, 1993). Na ausência da confiança, *«as pessoas estão cada vez mais dispostas a não correr riscos, exigem maior «proteção» contra a possibilidade de traição e insistem em mecanismos de sanção dispendiosos para defenderem os seus interesses»* (Tyler e Kramer, 1996, pp. 3-4).

A desconfiança tende a gerar sentimentos de ansiedade e suspeição, causando nas pessoas uma sensação de desconforto e pouco à vontade para despendem energia em monitorizar o comportamento e os possíveis motivos dos outros (Govier, 1992, Fuller, 1996;).

Quando os cidadãos se sentem inseguros, a energia que poderiam dedicar a atividades produtivas é desviada para a autoproteção. As pessoas usam diversos meios para se protegerem dos possíveis males e perdas que poderão advir da pessoa ou da instituição de quem desconfiam e para minimizarem a sua vulnerabilidade. Nas instituições e nas organizações em geral, os subordinados poderão negar informação e usarem a simulação ou até o engano para protegerem os seus interesses (Mellinger, 1956, Bartolme, 1989; Govier, 1992). Os gestores e dirigentes, para se defenderem, muitas vezes recorrem a mecanismos de controlo alternativos como regras, acordos contratuais e garantias e, embora estes passos sejam por vezes necessários e importantes, podem ser disfuncionais e contra produtivos (Govier, 1992), pela desconfiança que podem induzir.

Finalmente, em relação ao quarto objetivo da pesquisa (analisar a relação entre os valores culturais e o seu impacto no nível de confiança institucional em cada país) podemos encontrar diferentes conclusões.

Quando consideramos a confiança institucional como uma variável de nível agregado (isto é, incluindo os resultados finais dos 4 países tomados como conjunto comum ou região de língua lusófona), confirma-se tanto uma associação entre os valores culturais e a confiança nas instituições, como uma maior amplitude dos raios de confiança nas instituições quanto mais generalizada é a confiança em geral (nas diversas instituições).

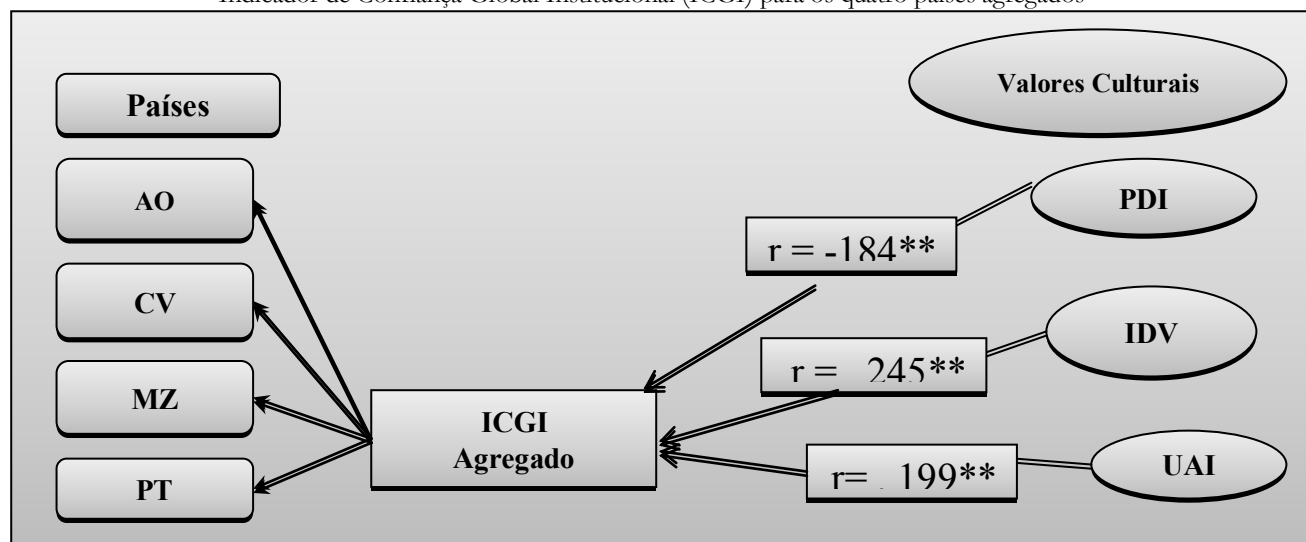
Ao nível agregado, descobriu-se para os 519 casos, a existência de: Uma correlação negativa ($r = -0.184^{**}$) entre a distância ao poder e o índice de confiança global nas instituições; uma correlação positiva entre o

Individualismo Cultural e a confiança institucional ($r = 245^{**}$) e, ainda, uma correlação positiva, entre o índice de (necessidade de) controlo da incerteza e a confiança institucional ($r = 189^{**}$).

Quando observamos os resultados de forma segmentada e comparada para cada um dos quatro países, confirmam-se três das cinco hipóteses (H1, H2 e H5) mas não se confirmam duas (H3 e H4).

Existe, como vimos pelos estudos e investigações produzidas na última década, uma cada vez maior percepção de que as sociedades se tornaram mais desconfiadas em relação às instituições políticas e aos políticos e líderes em geral. Barber (1983) defendeu que esta percepção pode não ser, necessariamente, resultado de menor confiabilidade por parte de pessoas ou instituições em particular, mas sim, das rápidas mudanças que ocorreram na nossa sociedade, incluindo mudanças de valores, expectativas mais altas e uma maior consciência da desigualdade por parte do cidadão comum.

Fig. N.º 8
Representação das relações entre as variáveis culturais e o
Indicador de Confiança Global Institucional (ICGI) para os quatro países agregados



******Correlação significativa para o nível 0.01 (2 **) - * Correlação significativa para o nível 0.05 (2 **).

Expectativas mais altas dos cidadãos exigem níveis mais altos de confiabilidade por parte de todos, sejam os próprios cidadãos sejam as instituições. Por outro lado, e conforme Olsen (1984) e Fieschi (2003), a confiança nas instituições pode e deve ser estudada porque pode ser considerada uma variável de nível grupal e, deste modo, suscetível de agregação uma vez que os procedimentos e rotinas que as instituições adotam e a forma como se relacionam com os cidadãos são suscetíveis de uma avaliação consensual.

Talvez a conclusão mais importante seja a de que o problema político da confiança não é o de como aumentar a confiança, mas o de como ligar a confiança à confiabilidade dos agentes e operadores das instituições e esta parece assentar em vários comportamentos interpessoais verificados nos «pontos de contacto» (Giddens, 2004), sobretudo por parte dos *confiabilizados* que consubstanciam, representam, reproduzem e personalizam as próprias instituições.

Nesta mesma linha e conforme O'Hara (2011) pode-se concluir que a criação e a preservação da confiança se referem a comportamentos (por parte dos agentes ou operadores) num contexto institucional e não às formas das instituições, elas próprias.

As instituições, em última análise, são regras e como Wittgenstein há muito referiu (1958), e as regras não se vigiam a elas próprias. Assim, concluímos, com O'Hara, que aquilo que parece contar para os cidadãos na sua avaliação da confiabilidade das instituições são os comportamentos, a reputação e as percepções do carácter dos seus agentes e não as regras que as moldam em si mesmo.

Referências

- Barber, B. (1983). *The logic and limits of trust*. New Brunswick: University Press
- Brann, P. & Foddy, M. (1998). Trust and the consumption. *Journal of Conflict Resolution*, 31(4), 615-30.
- Casson, M. (1991). *The economics of business culture*. Oxford: Claredon Press.
- Finuras, P. (2010). *Humanus: pessoas iguais, culturas diferentes*. Lisboa: Sílabo.
- Fukuyama F. (1996). *Confiança. Variação internacional de valores*. Lisboa: Gradiva-Publicações Lda.
- Gambetta, D. (1988a). *Can We Trust Trust?* Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity*. Stanford: University Press
- Giddens, A. (1994). *Risk, trust and reflexivity*. Cambridge: Polity Press
- Gulati, R. (1995). Does familiarity breed trust? The implications of repeated ties for contractual choice in alliances. *Academy of Management Journal*, 30(1), 85-112.
- Halpern, D. (2010). *The hidden wealth of nations*. Cambridge: Polity Press.
- Hardin, R. (1993). *Trusting persons, trusting institutions*. Massachusetts: MIT Press.
- Hardin, R. (2000b). *Trust as a form of social intelligence*. New York: Russell Sage Foundation.
- Hardin, R. (2002). *Trust & trustworthiness*. New York: Russell Sage Foundation.
- Hardin, R. (2006). *Trust: key concepts*. Cambridge: Polity Press.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J. & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations; Software of the mind. Intercultural cooperation and its importance for survival (Revised and expanded third edition)*. London: McGraw Hill.
- Inglehart, R. & Norris, P. (1993). *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge Press.
- Inglehart, R. e Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change and democracy*. New York: Cambridge University Press.
- Inglehart, R., Basanez, M. & Moreno, A. (1998). *Human values and beliefs: A cross-cultural sourcebook. Political, religious, sexual and economic norms in 43 societies. Findings from the 1990-93 World Values Survey*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.
- Kahneman, D. & Tversky, A. (2000). *Choices, values, and frames*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kollock, P. (1994). The emergence of exchanges structures: An experimental study of uncertainty, commitment and trust. *American Journal of Sociology*, 100(2), 313-345.
- March, J.,. (1994). *Rediscovering institutions: The organizational basis of politics*. New York: Free Press.
- Messick, D. M., & Allison W., (1990). Individual heuristics and the dynamics of cooperation in large groups. *Psychology Review*, 102, 131-45.
- Minkov, M. (2011). *Cultural differences in a globalizing world*. London: Emerald Group Publishing.
- Nooteboom, B. (1992). Towards a dynamic theory of transactions. *Journal of Evolutionary Economics*, 2, 281-99.
- Nooteboom, B. (1996). Trust, opportunism and governance. *Organization Studies*, 17(6), 985-1010.
- Nooteboom, B. (2002). *Trust: forms, foundations. Functions, failures and figures*. Cheltenham: Edward Elgar Publishers.
- O'Hara, K. (2004). *Trust – from Socrates to Spin*. Cambridge: Icon Bookse.
- O'Hara, K. (2010). *A general definition of trust*. Cambridge: Icon Bookse.
- O'Hara, K. (2011). *Conservatism*. London: Reaktion Books Ltd.

- Powell, W. & DiMaggio, P. (1990). The new institutionalism in organizational analysis. Chicago: University of Chicago Press.
- Sztompka, P. (1999). Trust: A sociological theory. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zhang, J. & Bond, M. (1993). Target-based interpersonal trust: cross-cultural comparison and the cognitive model. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong.